

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR Nº 439

De: 6 de julho de 2017.

Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Umuarama, Estado Paraná.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ,
aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Código contém as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município de Umuarama em matéria de higiene pública, do bem-estar público, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, numeração de edificações, funcionamento e localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

Art. 2º. O disposto no presente Código não desobriga o cumprimento das normas internas em edificações e estabelecimentos, no que couber.

Art. 3º. Ao Prefeito e em geral, aos servidores públicos municipais competem zelar pela observância dos preceitos deste Código.

Art. 4º. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita às prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

Art. 5º. As disposições sobre a utilização das áreas contidas neste Código e complementares às leis municipais de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras, visam:

I - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto dos espaços e edificações deste Município;

II - garantir o respeito às relações sociais e culturais;

III - estabelecer padrões relativos à qualidade de vida e de conforto ambiental;

IV - promover a segurança e harmonia dentre os munícipes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO II

DAS POSTURAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DA HIGIENE PÚBLICA

Art. 6º. A fiscalização sanitária abrange especialmente a limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, dos estábulos, cocheiras, pocilgas, pontos de venda nas feiras de qualquer espécie, bem como de todos aqueles que prestem serviços a terceiros.

Art. 7º. Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, o funcionário competente apresentará um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo único. A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades competentes, federais ou estaduais, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO I

DA HIGIENE DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 8º. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, bem como o serviço de coleta de lixo domiciliar.

Art. 9º. Os moradores, os proprietários, os comerciantes, os prestadores de serviços e os industriais são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteiriços a sua propriedade ou estabelecimento.

§ 1º. A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º. É proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os coletores ou "bocas de lobo" dos logradouros públicos.

§ 3º. É proibido fazer a varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para via pública, bem como despejar ou atirar lixo e detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 10. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.

Art. 11. A coleta e o transporte do lixo serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 12. Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica proibido:

I - consentir o escoamento de águas servidas das residências e dos estabelecimentos comerciais e industriais ou outros para as ruas;

II - consentir, sem as precauções devidas, a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das mesmas;

III - queimar ou incinerar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

IV - lavar roupas, veículos e animais em logradouros ou vias públicas;

V - estender roupas para secagem, nas sacadas ou janelas de prédios, defronte as vias e logradouros públicos;

VI - o assoreamento de fundo de vale através da colocação de lixo, entulhos e outros materiais;

VII - a colocação de cartazes e anúncios, bem como a fixação de cabos nos elementos da arborização pública, sem a autorização da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 13. Fica expressamente proibido o abandono de veículos, carcaças, chassis, tratores e seus implementos ou quaisquer outras partes dos mesmos, inclusive carrocerias e reboque em vias e logradouros públicos.

Parágrafo único. Considera-se abandono qualquer dos bens especificados no *caput* por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, com sinais exteriores de abandono.

Art. 14. Caracterizado o abandono, o proprietário ou detentor do bem será notificado para providenciar a sua remoção, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de remoção e aplicação de multa.

§ 1º. Não identificado ou localizado o proprietário ou detentor, o bem será marcado com adesivo de fácil visibilidade, mencionando o prazo de 25 (quinze) dias para sua retirada, sob pena de remoção e aplicação de multa.

§ 2º. Removido o bem para local determinado pela Prefeitura, este permanecerá à disposição de seu proprietário ou possuir pelo prazo de 90 (noventa) dias.

§ 3º. Não sendo o bem retirado no prazo fixado neste artigo, após notificação ou publicação em órgão oficial do Município, será leiloado, após avaliação por comissão da Prefeitura e o resultado do leilão será destinado à assistência social promovida pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 15. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 a R\$ 900,00, e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO II DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES E TERRENOS

Art. 16. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, terrenos e edificações.

§1º. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos, com água estagnada ou servindo como depósito de lixo dentro dos limites do Município.

§2º. As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

Art. 17. As chaminés, de qualquer espécie, de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis, estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e outros resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos.

Art. 18. Nenhum prédio situado em via pública, dotado de rede de água e esgoto sanitário, poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades.

Art. 19. Serão vistoriadas pelo órgão competente da Prefeitura as habitações suspeitas de insalubridade a fim de se verificar:

I – Aquelas cuja insalubridade possa ser removida com relativa facilidade, caso em que serão intimados os respectivos proprietários ou inquilinos a efetuarem prontamente os reparos devidos, podendo fazê-lo sem desabilitá-los;

II – As que, por suas condições de higiene, estado de conservação ou defeito de construção não puder servir de habitação, sem grave prejuízo para a segurança e a saúde pública.

§1º. Nesta última hipótese, o proprietário ou inquilino será intimado a fechar o prédio dentro do prazo que venha a ser estabelecido pela Prefeitura, não podendo reabri-lo antes de executados os melhoramentos exigidos.

§2º. Quando não for possível a remoção da insalubridade do prédio, devido à natureza do terreno em que estiver construído ou outra causa equivalente e no caso de iminente ruína, com o risco para a segurança, será o prédio interditado e definitivamente condenado.

§3º. O prédio condenado não poderá ser utilizado para qualquer finalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 20. Ficam os proprietários obrigados a manter roçados e limpos os terrenos vazios, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do Município.

§ 1º. Constatada a necessidade de roçada ou limpeza do terreno, a Prefeitura notificará o proprietário para proceder a roçada ou limpeza, nos seguintes prazos:

- I – 48 (quarenta e oito) horas quando detectado possível foco de dengue;
- II – 5 (cinco) dias nos demais casos.

§ 2º. A notificação de que trata o parágrafo anterior dar-se-á por edital, publicado uma única vez no órgão oficial do Município.

§ 3º. Considera-se necessária a roçada sempre que a vegetação ultrapassar a altura de 30 (trinta) centímetros do solo.

Art. 21. Constatada a infração, será aplicada a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e, se recolhida no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação, esta será reduzida em 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. Não atendida a notificação, a Prefeitura executará os serviços de roçagem ou limpeza do terreno, cobrando os seguintes preços públicos, além da multa:

- I – roçagem: valor de R\$ 1,00 (um real) por metro quadrado do terreno;
- II – recolhimento de entulho: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por viagem de caminhão ou trator;
- III – operação com pá carregadeira: R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) por hora/máquina.

Art. 22. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção, exceto a prevista no artigo anterior, serão punidas com multas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), e, na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO III DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 23. Os hotéis, pensões e demais meios de hospedagem, restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

- I- a lavagem de louça e talheres deverá ser feita em água corrente, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a sua execução em baldes, tonéis, tanques ou vasilhames;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

II- a higienização da louça, talheres e outros utensílios de uso pessoal direto deverá ser feita em água fervente;

III - os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV- os açucareiros, à exceção dos utilizados nos hotéis de primeira categoria, serão do tipo que permita a retirada de açúcar sem o levantamento da tampa;

V- a louça e os talheres não poderão ficar expostos à poeira e aos insetos.

Art. 24. Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados convenientemente trajados, de preferência uniformizados e limpos.

Art. 25. Nos salões de barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, calistas e assemelhados, todos os aparelhos, ferramentas, utensílios, toalhas e golas deverão ser esterilizados antes e após cada aplicação.

Art. 26. Nos hospitais, casa de saúde, maternidade e estabelecimentos assemelhados, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis dever-se-á cumprir as normas do Código Sanitário do Estado e do Ministério da Saúde.

Art. 27. As cocheiras, estábulos e pocilgas existentes na área rural do Município deverão, além das disposições gerais deste Código que lhes forem aplicáveis:

I- possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para as águas pluviais;

II- possuir depósito para estrume à prova de insetos e com a capacidade para receber produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diariamente removida para local apropriado;

III- possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais;

IV- manter completa separação entre os compartimentos para empregados e para animais;

V- os depósitos para estrumes serão dispostos à montante dos ventos dominantes com relação às edificações mais próximas.

Art. 28. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 900,00 (novecentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO IV
DA HIGIENE DAS CASAS DE CARNES E PEIXARIAS

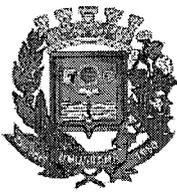
Art. 29. As casas de carnes e peixarias deverão atender as seguintes condições:

- I- serem instaladas em prédios de alvenaria;
- II- serem dotadas de torneiras e pias apropriadas;
- III- terem balcões com tampa de aço inoxidável, mármore ou outro revestimento lavável e impermeável;
- IV- terem câmaras frigoríficas ou refrigerador com capacidade suficiente;
- V- utilizar utensílios de manipulações, ferramentas e instrumentos de corte feitos de material apropriado conservado em rigoroso estado de limpeza;
- VI- não será permitido o uso de lâmpadas coloridas na iluminação artificial.
- VII- o piso deverá ser em material resistente ao tráfego, lavável e impermeável;
- VIII- as paredes deverão ser revestidas com azulejo até a altura de 2m (dois metros), no mínimo;
- IX- deverão ter ralos sifonados ligando o local à rede de esgoto ou fossa absorvente;
- X- possuir portas gradeadas e ventiladas;
- XI- possuir instalações sanitárias adequadas;
- XII- possuir funcionários exclusivos para o manuseio das carnes, que não tenham contato simultâneo com dinheiro, resíduos de limpeza ou qualquer outro material.

Art. 30. Nas casas de carne e congêneres só poderão entrar carnes provenientes de abatedouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas e carimbadas pelo serviço de inspeção competente e, quando conduzidas em veículo apropriado.

Parágrafo único. As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas, livre tanto de plumagem como das vísceras e partes não comestíveis.

Art. 31. Nas casas de carnes e estabelecimentos congêneres é vedado o uso de cepo e machado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 32. Nas casas de carnes e peixarias, não serão permitidos móveis de madeira sem revestimento impermeável.

Art. 33. Nos estabelecimentos tratados nesta seção é obrigatório observar as seguintes prescrições de higiene:

I- manter o estabelecimento em completo estado de asseio e limpeza;

II- o uso de aventais e gorros brancos;

III- manter coletores de lixo e resíduos com tampa removível por pedal, à prova de moscas e roedores.

Art. 34. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO V DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO

Art. 35. As piscinas de natação deverão obedecer às seguintes prescrições:

I- todo frequentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro;

II- nos pontos de acesso haverá tanque lava pés, contendo em solução um desinfetante ou fungicida para assegurar esterilização dos pés dos banhistas;

III- a limpidez da água deve ser de tal forma que, possa ser visto com nitidez o fundo das piscinas;

IV- O equipamento especial da piscina deverá assegurar perfeita e uniforme circulação, filtração e esterilização da água.

Art. 36. A água das piscinas deverá ser tratada com cloro ou preparos de composição similar ou com outro sistema de tratamento comprovadamente eficiente.

§1º. Quando o cloro e seus componentes forem usados com amônia, o teor do cloro residual na água não deve ser inferior a 0,6 partes de um milhão, quando a piscina estiver em uso.

§2º. As piscinas que receberem continuamente água considerada de boa qualidade e cuja renovação total se realiza em tempo inferior a 12 (doze) horas poderão ser dispensadas das exigências deste artigo.

Art. 37. Em todas as piscinas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 38. Os frequentadores das piscinas de clubes desportivos deverão ser submetidos a exames médicos, pelo menos uma vez a cada 60 (sessenta) dias.

§1º. Quando no intervalo entre exames médicos, os frequentadores apresentarem infecções de pele, inflamação dos aparelhos visual, auditivo ou respiratório, poderão ser impedidos de ingressarem na piscina.

§2º. Os clubes e demais entidades que mantêm piscinas públicas são obrigados a dispor de salva-vidas durante o horário de funcionamento.

Art. 39. Para uso dos banhistas, deverão existir vestiários para ambos os sexos, com chuveiro e instalações sanitárias adequadas.

Art. 40. Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. É permitida a emissão de transbordo ou total esgotamento das piscinas na rede de esgotos pluviais desde que suas águas não estejam poluídas.

Art. 41. Das exigências desta Seção, excetuado o disposto no artigo anterior, ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações.

Art. 42. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 900,00 (novecentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO VI DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 43. A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, consideram-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a serem ingeridas pelo homem, excetuando-se os medicamentos.

Art. 44. Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios vencidos, deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos.

§1º. A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

§2º. A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou estabelecimento comercial.

§3º. Serão igualmente apreendidos e encaminhados à autoridade sanitária competente, mediante lavratura de termo próprio, os produtos alimentícios industrializados, sujeitos ao registro em órgão público especializado e que não tenham a respectiva comprovação.

Art. 45. Nas quitandas, mercearias, frutarias, sacolões e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I- para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, o estabelecimento terá recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de moscas, poeiras e quaisquer contaminações;

II- as frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, ou caixas apropriadas, rigorosamente limpas e afastadas 1m (um metro), no mínimo, das portas externas;

III- as gaiolas para aves ou animais serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente.

Parágrafo único. É proibido utilizar-se para outro fim qualquer, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 46. É proibido ter em depósito ou exposto à venda:

I- aves doentes;

II- carnes e peixes deteriorados;

III- legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 47. Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser isenta de impurezas e ser examinada periodicamente para se certificar de sua potabilidade.

Art. 48. O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 49. Nos locais de fabricação, preparação, beneficiamento, acondicionamento ou depósito de alimentos, não será permitida a guarda ou venda de substâncias que possam corrompê-los, adulterá-los ou avariá-los.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 50. Sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos destinados ao consumo imediato que tenham ou não sofrido processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.

Art. 51. A venda de produtos de origem animal comestíveis não industrializados só poderá ser feita através de açougues, casas de carnes e supermercados regularmente instalados.

Art. 52. Não é permitido dar ao consumo ou colocar à venda carne fresca de bovinos, suínos, caprinos, ovinos e outros animais de açougue que não tenham sido abatidos nos matadouros ou frigoríficos sujeitos à fiscalização, sob pena de apreensão do produto.

Art. 53. Terão prioridades para o exercício e comércio nas feiras livres e nos mercados municipais, destinados ao abastecimento de gêneros alimentícios para consumo doméstico, os agricultores e produtores do Município.

§1º. A Prefeitura regulamentará o comércio nas feiras livres, mercados municipais e feira do produtor.

§2º. Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais com facilidades de contaminação dos produtos expostos à venda.

Art. 54. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

CAPÍTULO II DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I DOS COSTUMES, DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO

Art. 55. É proibido fumar em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça, e, o uso de cigarro eletrônico, conforme estipulado em Lei Estadual 16.239/09.

§1º. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§2º. Para os fins previstos no *caput*, a expressão recintos de uso coletivo compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares,



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§3º. Deverão ser afixados avisos indicativos da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

§4º. Em depósito de inflamáveis, postos de combustíveis, garagens e estacionamentos e depósitos de material de fácil combustão, nos cartazes ou avisos, deverão constar os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL".

§5º. Fica proibido, também, fumar em veículos que estejam transportando crianças e/ou gestantes.

§6º. Serão considerados infratores deste artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração.

Art. 56. Fica proibido o uso, em locais públicos, e a venda do cachimbo conhecido como "narguile" aos menores de 18 (dezoito) anos.

§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por locais públicos as ruas, logradouros, praças de lazer e espaços esportivos, ou qualquer outro local onde houver concentração e aglomerado de pessoas.

§ 2º. Os estabelecimentos que comercializam o produto, inclusive fumo e demais componentes para seu uso, ficam obrigados a solicitar o documento de identidade que comprove a maioridade do comprador.

§ 3º. Os estabelecimentos, que além da venda do produto de que trata este artigo, comercializam produtos alimentícios, ficam obrigados a manter os componentes do "narguile" em local específico e isolado, distante das demais mercadorias.

§ 4º. Torna obrigatório o encaminhamento, ao Conselho Tutelar, do menor flagrado em local público fazendo o uso do "narguile", sem prejuízo de sanções ao proprietário se a infração for cometida em estabelecimento comercial.

§ 5º. Caberá punição, por negligência, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes, aos pais ou responsáveis pelo infrator reincidente.

Art. 57. Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas e similares serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo único. As desordens, algazarra, barulho e atentado ao pudor, verificados nos referidos estabelecimentos comerciais ou sociais, sujeitarão os



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

proprietários ou responsáveis à multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art. 58. É proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis, tais como:

I- os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;

II- os de buzinas clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos de som;

III- a propaganda realizada com alto-falantes, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV- os produzidos por arma de fogo;

V- os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos, exceto em dias de comemorações públicas civis ou religiosas;

VI- os de apitos ou silvos de sirene de fábrica, cinemas e outros estabelecimentos, por mais de 30 (trinta) segundos ou depois das 22 (vinte e duas) horas;

VII- batuques, congados e outros divertimentos congêneres sem licença das autoridades.

VIII- som automotivo, estando o veículo parado em áreas públicas ou privadas ou em movimento pelas vias públicas;

IX- som eletrônico, batuques e outros divertimentos congêneres em residências, bares, lanchonetes e estabelecimentos congêneres.

Parágrafo único. Excetuam-se das proibições deste artigo:

I- tímpanos, sinetas e sirenes dos veículos de assistência, corpo de bombeiros, carros oficiais e polícia, quando em serviço de justificada emergência;

II- apitos de rondas ou guardas policiais;

III- as vozes ou aparelhos usados em propaganda eleitoral, de acordo com a lei;

IV- as fanfarras ou bandas de música em procissões, cortejos ou desfiles públicos;

V- as máquinas ou aparelhos utilizados em construção ou obras em geral, licenciados previamente pela Prefeitura no horário de 7 a 18 (sete a dezoito) horas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

VI- as manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados.

Art. 59. É proibida a execução de serviços após as 22 (vinte e duas) horas e antes das 7 (sete) horas nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e edificações residenciais.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição deste artigo a execução de serviços públicos de emergência.

Art. 60. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO II DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 61. São considerados divertimentos públicos aqueles que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados, mas com livre acesso ao público.

§1º. Para a realização de divertimentos públicos será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

§2º. Para o caso do disposto no *caput* deste artigo será obrigatória a comunicação prévia ao Corpo de Bombeiros, ou membro de entidade civil de combate e prevenção ao incêndio.

Art. 62. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras e por outras normas e regulamentos:

I- tanto as salas de entrada como as de espetáculo serão mantidas higienicamente limpas;

II- as portas e os corredores para o exterior conservar-se-ão sempre livres de móveis, grades ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III- todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV- os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

V- deverão possuir bebedouro de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

VI- durante os espetáculos, as portas deverão ser conservadas abertas, vedadas apenas por cortinas;

VII- haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras, dotadas de aparelhos exaustores;

VIII- serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso.

Art. 63. Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores suficientes, deve decorrer um lapso de tempo entre a saída e a entrada dos espectadores para o efeito de renovação de ar.

Art. 64. Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos ser iniciados em hora diversa da marcada.

§1º. Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço da entrada.

§2º. Às disposições deste artigo aplicam-se, inclusive, as competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art. 65. A armação de circos de panos ou lonas, parques de diversões ou de palcos para shows e comícios só será permitida em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura.

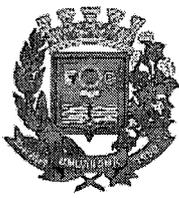
Parágrafo único. A Prefeitura só autorizará a armação e funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo se os requerentes apresentarem a(s) respectiva(s) ART (s) do(s) profissional(is) pelo projeto estrutural, elétrico e demais projetos necessários, conforme a legislação do CREA.

Art. 66. A autorização de funcionamento de teatros, cinemas, circos, salas de espetáculos e ginásios de esportes não poderá ser por prazo superior a 1 (um) ano.

Art. 67. Os circos e parques de diversões, embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Art. 68. Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer outras restrições que julgar necessárias no sentido de garantir a segurança, a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

Art. 69. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO III
DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 70. O trânsito, de acordo com a Lei do Sistema Viário, é livre e tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 71. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito deverá ser colocada sinalização claramente visível de dia e luminosa à noite, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 72. Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral e o estacionamento de veículos sobre os passeios e calçadas.

§1º. Tratando-se de materiais que não possam ser depositados diretamente no interior dos prédios ou terrenos, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo de trânsito por tempo estritamente necessário à sua remoção, não superior a 3 (três) horas.

§2º. No caso previsto no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais deverão advertir os veículos à distância conveniente, dos prejuízos causados no livre trânsito.

§3º. Os infratores deste artigo estarão sujeitos a terem os respectivos veículos ou materiais apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura, os quais para serem retirados dependerão do pagamento da multa e das despesas de remoção e guarda da coisa apreendida.

Art. 73. É proibido, nas vias e logradouros públicos urbanos:

I- conduzir animais e veículos em velocidade excessiva;

II- conduzir animais bravos, sem a necessária precaução;

III- atirar à via ou logradouro público substância ou detritos que possam embarçar e incomodar os transeuntes.

Art. 74. É proibido danificar ou retirar sinais e placas colocadas nas vias, estradas ou praças públicas, para a orientação e advertência de perigo ou impedimento do trânsito.

Art. 75. Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública ou colocar em



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

risco a segurança da população, bem como inspecionar os veículos de transporte público e escolar.

Art. 76. É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres pelos meios de:

I- conduzir volumes de grande porte pelos passeios;

II- conduzir bicicletas e motocicletas pelos passeios;

III- patinar e praticar, a não ser nos logradouros para esses fins destinados;

IV- amarrar animais em postes, árvores, grades ou portas;

V- conduzir ou conservar animais sobre os passeios ou logradouros públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se ao disposto neste artigo os carrinhos de crianças, cadeiras de rodas e as bicicletas nos locais indicados como ciclovias.

Art. 77. É de exclusiva competência do Executivo Municipal a criação, remanejamento e extinção de ponto de aluguel, tanto no que se refere a táxi, veículos de cargas, carroças ou outros similares.

Art. 78. A fixação de pontos e itinerários dos ônibus urbanos é de competência da Prefeitura, conforme plano viário estabelecido.

Art. 79. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

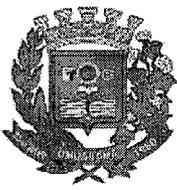
SEÇÃO IV DAS OBSTRUÇÕES DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 80. Poderão ser armados palanques, coretos e barracas provisórias nas vias e nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou populares, desde que previamente autorizadas pela Prefeitura, observadas as seguintes condições:

I- serem aprovadas quanto à sua localização;

II- não perturbarem o trânsito público;

III- não prejudicarem calçamento ou pavimentação, nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelos eventos, os estragos por acaso verificados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

IV- serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos eventos.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do palanque, coreto ou barraca, cobrando do responsável as despesas de remoção e dando ao material recolhido o destino que entender.

Art. 81. Nas construções e demolições, não serão permitidas, além do alinhamento do tapume, a ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção.

Art. 82. A colocação de ondulações (quebra-molas) transversais às vias públicas dependerá de autorização expressa da Prefeitura Municipal.

§1º. As ondulações transversais às vias públicas serão regulamentadas através de Decreto do Executivo Municipal, com formas e dimensões estabelecidas conforme o fluxo de veículos.

§2º. A colocação dessas ondulações nas vias públicas somente será admitida após a devida sinalização vertical e horizontal.

Art. 83. É proibida a utilização dos passeios e da via pública para a realização de consertos de veículos, bicicletas, borracharia e demais serviços efetuados por oficinas e prestadores de serviços similares.

Art. 84. É proibido colocar placas, cartazes, banners, cavaletes, faixas nos passeios, canteiros centrais, nos alambrados dos bosques e praças com fins comerciais.

Art. 85. A instalação de postes e linhas telegráficas, telefônicas, de força e luz e a colocação de caixas postais e de hidrantes para serviços de combate a incêndios, nas vias e logradouros públicos, dependem da aprovação da Prefeitura.

Art. 86. As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas nos logradouros públicos desde que satisfaçam as seguintes condições:

I- terem sua localização e dimensões aprovadas pela Prefeitura.

II- apresentarem bom aspecto quanto à construção;

III- não perturbarem o trânsito público;

IV- serem de fácil remoção.

Art. 87. Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não poderão ocupar o passeio, correspondente à testada do edifício para a exposição de mercadorias, tabelas, placas ou outros obstáculos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. Dependerá de licença especial, a colocação de mesas e cadeiras no passeio para servirem a bares, restaurantes e lanchonetes.

Art. 88. As colunas ou suportes de anúncios, as caixas para lixo, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos, somente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art. 89. Os relógios, estátuas e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura.

Parágrafo único. Dependerá, ainda, de aprovação o local escolhido para a fixação ou edificação dos monumentos.

Art. 90. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO V DOS MUROS, CERCAS, PASSEIOS E NUMERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Art. 91. Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação.

Art. 92. Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros, de acordo com a padronização estabelecida por Decreto do Executivo e em consonância com a legislação própria.

Parágrafo único. Os muros com altura superior a dois metros e meio deverão ter a aprovação da Prefeitura, que poderá autorizar desde que não venha a prejudicar os imóveis confinantes.

Art. 93. Os proprietários de imóveis que tenham frente para logradouros pavimentados ou beneficiados pela construção de meios-fios são obrigados a construir os respectivos muros e pavimentar os passeios de acordo com a padronização estabelecida por Decreto do Executivo Municipal.

§1º. Nos terrenos vazios é obrigatória a pavimentação do passeio e a construção de muro na frente do logradouro de altura mínima a evitar que a terra avance sobre o passeio e de acordo com a padronização estabelecida pelo Executivo ou dispositivo fixado em lei.

§2º. O Executivo poderá exigir a construção de passeio ecológico e com acessibilidade universal na forma fixada em lei ou regulamento.

Art. 94. Os terrenos situados nas zonas urbanas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

I- serão fechados com muros, grades de ferro, madeira ou materiais similares;

II- não poderão conter elementos pontiagudos quando se situarem na divisa da frente ou em altura inferior a um metro e cinquenta centímetros.

§1º. Os terrenos situados nas zonas rurais:

I - serão fechados com cercas de arame farpado ou liso, com três fios no mínimo;

II - telas de fios metálicos;

III - cercas vivas de espécies vegetais adequadas.

§2º. Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cercas especiais.

Art. 95. É proibido:

I- eletrificar cercas em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

II- fazer cercas, muros e passeios em desacordo com o disposto neste capítulo;

III- danificar, por quaisquer meios, muros e cercas e passeios existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil que no caso couber.

Art. 96. Somente a Prefeitura poderá indicar ou substituir a numeração de edificações, cabendo ao proprietário colocar a identificação e conservá-la.

Parágrafo único. É proibida a colocação de placa com número diverso do que tenha sido oficialmente determinado.

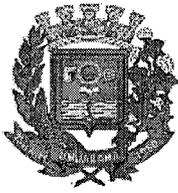
Art. 97. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 900,00 (novecentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO VI DAS CONSTRUÇÕES ABANDONADAS EM IMÓVEIS URBANOS

Art. 98. É proibido manter construções em imóveis urbanos em estado de abandono.

Art. 99. Considera-se em estado de abandono:

I- construções iniciadas, independente da porcentagem de edificação, e interrompidas por mais de 1 (um) ano, sem cerca de proteção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

II- construções que não abrigam moradores há mais de 1 (um) ano, em evidente estado de danificação.

Parágrafo único. Considera-se em evidente estado de danificação as construções edificadas para fins comerciais ou residenciais que, desabitadas, apresentam-se com as portas ou janelas parcialmente demolidas.

Art. 100. Constatado o abandono da construção, a Prefeitura notificará o proprietário para em 15 (quinze) dias:

I- apresentar justificativa e efetuar reparos, quando em imóveis já construídos;

II- apresentar justificativa e dar prosseguimento às obras.

Art. 101. Não sendo localizado o proprietário, a notificação será feita por edital, publicado uma vez no órgão de divulgação oficial do Município.

Art. 102. Descumprida a notificação, a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza e lançará o débito ao proprietário, correspondente ao valor do serviço.

Art. 103. Após a emissão de laudo de avaliação da situação do imóvel, e constatada a necessidade de construção de cerca de proteção, a Prefeitura Municipal:

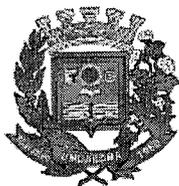
I- fará tomada de preços em no mínimo 3 (três) empresas que comercializam materiais de construção optando pelo menor, para fins de aquisição de material;

II- executará a construção da cerca e lançará, ao proprietário, o débito acrescido da mão de obra.

Parágrafo único. O proprietário será notificado para pagamento no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 104. Não efetuado o recolhimento no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo anterior, a cobrança será feita com os acréscimos legais, com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o débito será inscrito em dívida ativa quando o pagamento não se efetuar no respectivo exercício financeiro.

Art. 105. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO VII DAS ESTRADAS MUNICIPAIS

Art. 106. As estradas de que trata a presente seção são as que integram o sistema viário municipal e que servem de livre trânsito dentro do Município.

Art. 107. A mudança ou deslocamento de estradas municipais, dentro dos limites das propriedades rurais, deverá ser requisitado pelo respectivo proprietário, à Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Neste caso, quando não haja prejuízo das normas técnicas e os trabalhos de mudança ou deslocamento se mostrarem por demais onerosos, a Prefeitura poderá exigir que os proprietários concorram, no todo ou em parte, com as despesas.

Art. 108. É proibido:

I- fechar, mudar ou de qualquer modo dificultar a servidão pública das estradas e caminhos sem prévia licença da Prefeitura;

II- colocar tranqueiras, porteiras e palanques nas estradas ou para seu leito arrastar paus e madeiras;

III- arrancar ou danificar marcos quilométricos e outros sinais alusivos ao trânsito;

IV- atirar nas estradas pregos, arames, pedras, paus, pedaços de metal, vidros, louças e outros objetos prejudiciais aos veículos e às pessoas que nelas transitam;

V- arborizar as faixas laterais de domínio das estradas, exceto quando o proprietário estiver previamente autorizado pela Prefeitura;

VI- destruir, obstruir ou danificar pontes, bueiros, esgotos, galerias pluviais, mata burros e as valetas ou logradouros de proteção das estradas;

VII- fazer cisternas, valetas, buracos ou escavações de qualquer natureza no leito das estradas e caminhos e nas áreas constituídas pelos primeiros 3m (três metros) internos da faixa lateral de domínio;

VIII- impedir, por qualquer meio, o escoamento de águas pluviais das estradas para os terrenos marginais;

IX- encaminhar águas servidas ou pluviais para o leito das estradas ou fazer barragens que levem as águas a se aproximarem do leito das mesmas, a uma distância mínima de 10m (dez metros);

X- danificar de qualquer modo as estradas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 109. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO VIII DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 110. É proibida a permanência de animais nas vias e logradouros públicos.

Art. 111. Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da municipalidade.

Art. 112. O animal recolhido em virtude do disposto nesta seção será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias, mediante pagamento da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo único. Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação, ou dar outra destinação em caso de licitação negativa.

Art. 113. Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e distritos serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§1º. Se não for retirado pelo seu dono, dentro de dez dias mediante o pagamento de taxas e multas, a Prefeitura dará ao mesmo a destinação que melhor lhe convier.

§2º. Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo, sem o que a Prefeitura dará ao mesmo a destinação que lhe convier.

Art. 113-A. É proibido o sacrifício dos animais recolhidos em virtude do disposto nesta Seção, exceto em casos de doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde de seres humanos e de outros animais.

Parágrafo único. A eutanásia deverá ser justificada por laudo técnico de um veterinário e, dependendo do caso, terá de ser respaldada por exame laboratorial.

Art. 114. É proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar atos de crueldade contra os mesmos.

Art. 115. É proibida a criação de qualquer animal que prejudique ou coloque em risco a vizinhança, observadas as legislações pertinentes.

Art. 116. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 600,00 (seiscentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO III

DA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Art. 117. Para o exercício do seu poder de polícia quanto ao meio ambiente, a Prefeitura Municipal respeitará a competência da legislação e autoridade da União e do Estado.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas, que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população e, ainda, possa comprometer a flora e a fauna ou a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

Art. 118. No interesse do controle da poluição do ar e da água a Prefeitura exigirá parecer do IAP sempre que lhe for solicitada autorização de funcionamento para estabelecimentos industriais ou quaisquer outros que se configurem em eventuais poluidores do meio ambiente.

Art. 119. É proibido:

I- deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos e lixos sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular;

II- o lançamento de resíduos em rios, lagos, córregos, poços e chafarizes;

III- desviar o leito das correntes de água, bem como obstruir de qualquer forma o seu curso;

IV- é proibido fazer barragens sem prévia licença da Prefeitura;

V- o plantio e conservação de plantas que possam constituir foco de insetos nocivos à saúde;

VI- atear fogo em roçada, palhadas ou matos.

§1º. O plantio e conservação de plantas na área urbana só poderão ser feitos com espécies que garantam a segurança e o sossego da população, em conformidade com o Plano de Arborização Urbana local, podendo o Executivo, por decreto, determinar as espécies não permitidas.

§2º. Na área em volta do perímetro urbano, denominada cinturão verde, ficam proibidas queimadas e a aplicação de inseticidas ou qualquer outro produto que venha a pôr em risco a população, devendo ser incentivada a cultura orgânica nestas áreas, bem como a instalação de atividade que cause incômodo à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 120. As florestas existentes no território municipal e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente a Lei Federal nº. 4.771, de 15/09/65, denominada Código Florestal, estabelecem.

Parágrafo único. Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- I - ao longo dos rios, ou de outros quaisquer cursos d'água, em faixa marginal, prescritas no Código Florestal;
- II - ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;
- III - no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- IV - nos campos naturais ou artificiais as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 121. Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do poder público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- I- a atenuar a erosão das terras;
- II- a formar faixas de proteção aos cursos d'água;
- III- a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- IV- assegurar condições de bem-estar público

Art. 122. O Município, dentro de suas possibilidades, deverá criar:

- I- unidades de conservação, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais e científicos, dentre outras, observado o disposto na Lei Federal nº. 9.985/2000;
- II- florestas, bosques e hortos municipais, com fins técnicos, sociais e pedagógicos.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques, Florestas, Bosques e Hortos Municipais.

Art. 123. A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura, observadas as restrições do Código Florestal Brasileiro, independentemente de outras licenças ou autorizações cabíveis.





PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 124. É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 125. É proibida, dentro dos limites da cidade e distritos, a instalação de atividades que, pela emanção de fumaça, poeira, odores e ruídos incômodos, ou que por quaisquer outros motivos possam comprometer a salubridade das habitações vizinhas, à saúde pública e o bem-estar social.

§1º. A Prefeitura fará projeto de manejo, recuperação e arborização das vias e logradouros públicos.

§2º. O particular interessado poderá substituir, às suas expensas, a árvore em seu passeio, desde que devidamente autorizado pela Prefeitura quanto ao local e espécie.

Art. 126. As infrações dos dispositivos constantes deste Capítulo serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

CAPÍTULO IV DA EXTINÇÃO DE ANIMAIS E INSETOS NOCIVOS

Art. 127. Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir formigas, cupins, baratas, ratos, caramujos e outros insetos e animais nocivos existentes dentro da sua propriedade.

Art. 128. Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigas, cupins, baratas, ratos, caramujos ou outros insetos e animais nocivos, será feita intimação ao proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 10 (dez) dias para se proceder ao seu extermínio.

Art. 129. Se, no prazo fixado, não forem extintos os insetos ou animais nocivos encontrados, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas de 30% (trinta por cento) pelo trabalho de administração, além da multa.

Art. 130. As infrações dos dispositivos constantes deste Capítulo serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

TÍTULO III DOS ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO I DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, SERVIÇOS E INDÚSTRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO I

DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 131. Nenhum estabelecimento comercial de prestação de serviço e industrial poderá funcionar, no Município, sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de alvará, a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos.

§1º. Para concessão do Alvará de Localização e Funcionamento o Município deverá obrigatoriamente observar o que dispõe, além da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, a legislação ambiental federal, estadual e municipal pertinentes.

§2º. O requerimento deverá especificar com clareza:

- a) o ramo do comércio ou da indústria, ou o tipo de serviço a ser prestado;
- b) o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 132. Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviços deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade a que se destina.

Parágrafo único. O alvará de licença só poderá ser concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende as exigências estabelecidas neste Código.

Art. 133. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização e Funcionamento em lugar visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir.

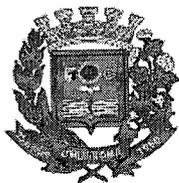
Art. 134. Para mudança de local do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz as condições exigidas.

Art. 135. O Alvará de Localização e Funcionamento poderá ser cassado:

- I- quando se tratar de negócio diferente do requerido;
- II- como medida preventiva a bem da higiene, da moral e do sossego e segurança pública;
- III- por solicitação da autoridade competente, comprovados motivos que fundamentarem a solicitação.

§1º. Cassado o alvará, o estabelecimento será imediatamente fechado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

§2º. Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária autorização, expedida em conformidade com o que preceitua esta Seção.

Art. 136. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO II DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 137. Considera-se comércio ambulante a atividade de venda a varejo de mercadorias, realizada em espaço público, por profissional autônomo, sem vinculação com terceiros ou pessoas jurídicas e em locais previamente determinados pela Prefeitura.

§1º. É proibido o exercício do comércio fora dos locais e horários autorizados pela Prefeitura.

§2º. A Prefeitura fixará os locais para exercício da atividade ambulante e, a seu critério, poderá ser alterada, em função do desenvolvimento da cidade e da conveniência pelo interesse público.

Art. 138. O exercício do comércio ambulante dependerá de autorização da Prefeitura, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único. A autorização é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida a favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício.

Art. 139. Da autorização deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

- I- número de inscrição;
- II- nome e endereço residencial do responsável;
- III- local e horário para funcionamento do ponto;
- IV- indicação clara do objeto da autorização.

Art. 140. A autorização será renovada anualmente, por solicitação do interessado.

Parágrafo único. O vendedor ambulante não licenciado para o comércio ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 141. Quando se tratar de produtos perecíveis deverão os mesmos serem conservados em balcões frigoríficos.

Art. 142. É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa e de cassação da autorização:

I- estacionar nas vias públicas e em outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II- impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros;

III- transitar pelos passeios conduzindo carrinhos, cestos ou outros volumes grandes;

IV- deixar de atender as prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;

V- colocar à venda produtos contrabandeados ou de procedência duvidosa;

VI- expor os produtos à venda colocando diretamente sobre o solo;

VII – deixar estacionado em vias e logradouros públicos carros de lanches, trailers ou qualquer meio de atividade ambulante, em horário não autorizado pela Prefeitura.

Parágrafo único. A autorização é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim indicado.

Art. 143. Os quiosques, barracas, **trailers**, carrinhos e outros veículos utilizados no comércio ambulante deverão ser aprovados pela Prefeitura.

Art. 144. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, além das prescrições deste Código, deverão observar ainda o seguinte:

I- terem carrinhos apropriados, aprovados pela Prefeitura;

II- velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados, nem contaminados e se apresentem em perfeitas condições de higiene, sob pena de multa e de apreensão das referidas mercadorias que serão inutilizadas;

III- terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e insetos;

IV- usarem vestuários adequados e limpos;

V- manterem-se rigorosamente asseados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

VI- usarem recipientes apropriados para colocação do lixo.

Art. 145. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO III DAS FEIRAS LIVRES E DO PRODUTOR RURAL

Art. 146. As feiras destinam-se a venda a varejo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade por preços acessíveis, evitando-se quanto possível os intermediários.

§1º. As feiras serão organizadas, orientadas e fiscalizadas pela Prefeitura.

§2º. São obrigações comuns a todos os que exercem atividades nas feiras livres:

- a) ocupar o local e área delimitada para seu comércio;
- b) manter a higiene do seu local de comércio e colaborar para a limpeza da feira e suas imediações;
- c) somente colocar à venda gêneros em perfeitas condições para consumo;
- d) observar na utilização das balanças e na aferição de pesos e medidas, o que determinar as normas competentes;
- e) observar rigorosamente o início e término da feira livre.

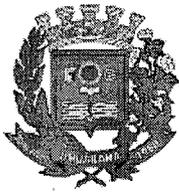
§3º. Aplica-se, no que couber, aos feirantes, às normas fixadas para o comércio ambulante.

Art. 147. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO IV DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 148. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços obedecerão aos preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e condições de trabalho.

Parágrafo único. Nos domingos e feriados os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados decretados pelo Executivo Municipal, salvo exceções previstas em lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 149. O Prefeito poderá, através de Decreto, regulamentar o horário de funcionamento em geral ou em atividades específicas, ou, ainda, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Parágrafo único. Em qualquer circunstância deverá ser observado os períodos de silêncio, manutenção do sossego público e disciplinamento do tráfico.

Art. 150. As farmácias e drogarias poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

Parágrafo único. Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

Art. 151. Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que necessitarem funcionar em horário especial deverão ter a aprovação da Prefeitura.

Parágrafo único. Durante o mês de dezembro de cada ano e nas vésperas de datas comemorativas "Dia das Mães", "Dia dos Namorados", "Dia dos Pais" e "Dia das Crianças", os estabelecimentos comerciais, as seções de venda dos estabelecimentos industriais, depósitos e demais atividades que tenham fins comerciais poderão funcionar, em horário especial, de segunda a sexta-feira até as 22 (vinte e duas) horas e aos sábados até às 18 (dezoito) horas, independentemente de licença especial e de pagamento de taxas.

Art. 152. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES E USOS ESPECIAIS

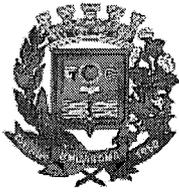
SEÇÃO I DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, OLARIAS, DEPÓSITOS DE AREIA, SAIBRO E CASCALHO

Art. 153. A exploração de pedreiras, olarias, depósitos de areia, saibro e cascalho dependem de concessão de Alvará de Localização e Funcionamento pela Prefeitura, precedida da manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes.

Art. 154. As licenças para exploração deverão determinar o prazo.

Art. 155. Ao conceder os alvarás, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar conveniente.





PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 156. Os pedidos de prorrogação de autorização para a continuação da exploração serão feitos mediante requerimento e instruídos com o documento de autorização anteriormente concedido.

Art. 157. A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração e escavação de barro ou depósitos de areia e saibro com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de água.

Art. 158. É proibida a extração de areia nos cursos de água do Município, quando:

I- à jusante do local de recebimento de contribuições de esgotos;

II- modifique o leito ou as margens dos mesmos;

III- cause por qualquer forma a estagnação das águas;

IV- de algum modo possa oferecer perigos a ponte, muralhas, ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios;

V- a juízo dos órgãos federais ou estaduais de controle do meio ambiente, se for considerado inadequado.

Art. 159. A instalação de olarias deve obedecer, além das exigências da legislação estadual e federal pertinentes, as seguintes prescrições:

I- as chaminés serão construídas de modo que não incomodem os moradores vizinhos, pela fumaça ou emanações nocivas;

II- quando as escavações facilitarem a formação de depósito de água, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar a cavidade, à medida que for retirado o barro.

Art. 160. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO II DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 161. No interesse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o transporte, o depósito e o emprego de inflamáveis e explosivos observando o que dispõe a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 162. São considerados inflamáveis:

I- o fósforo e os materiais fosforados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

II- a gasolina e demais derivados de petróleo;

III- os éteres, álcool, a aguardente e destilados e os óleos em geral;

IV- os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;

V- toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135°C (cento e trinta e cinco graus centígrados).

Art. 163. Consideram-se explosivos:

I- os fogos de artifícios;

II- a nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III- a pólvora e o algodão-pólvora;

IV- as espoletas e os estopins;

V- os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI- os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 164. É absolutamente proibido:

I- fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II- manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção, localização e segurança;

III- depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

Art. 165. Somente será permitido o comércio de fogos de artifícios, bombas, rojões e similares, através de estabelecimento comercial localizado, que satisfaçam plenamente os requisitos de segurança.

Art. 166. Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados pela Prefeitura.

Art. 167. A construção dos depósitos seguirá as normas do Corpo de Bombeiros.

Art. 168. Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções.

§1º. Não poderão ser transportados, simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

§2º. Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão estacionar nas vias públicas, exceto para carga e descarga.

Art. 169. É proibido:

I- queimar fogos de artifícios nos logradouros públicos ou em janelas que abrirem para logradouros;

II- soltar balões de gases rarefeitos produzidos a partir da queima de oxigênio;

III- fazer fogueiras nos logradouros públicos sem a autorização da Prefeitura;

IV- utilizar armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município, exceto os casos previstos em lei.

Parágrafo único. As proibições de que tratam os incisos I e III poderão ser suspensas, mediante licença da Prefeitura.

Art. 170. A utilização e manuseio de produtos tóxicos são regulamentados por legislação federal e estadual pertinentes.

Art. 171. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO III DA PROPAGANDA EM GERAL

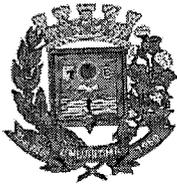
Art. 172. A exploração dos meios de publicidades nas vias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo quando prevista a cobrança.

§ 1º. O Executivo, por decreto, definirá os locais das vias e logradouros e os lugares de acesso comum onde poderão ser exploradas as publicidades, definindo o seu conteúdo, tamanho e outras exigências que julgar pertinente, através de processo licitatório.

§2º. Incluem-se ainda na obrigatoriedade do presente artigo os anúncios que, embora apostos em propriedades particulares, sejam visíveis de lugares públicos.

§3º. Estão isentas de tributos as placas nas obras com indicação do responsável técnico pela sua execução.

Art. 173. Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

- I- pela sua natureza provoque aglomeração prejudicial ao trânsito público;
- II- de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- III- suas mensagens firam a moral e os bons costumes da comunidade.

Art. 174. Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou conservados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Art. 175. A propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores de som, alto-falante e propagandistas, está igualmente sujeita à prévia licença e ao pagamento do tributo ou preço respectivo, quando previsto.

Art. 176. Não serão permitidas a colocação de faixas de pano e a inscrição de anúncios ou cartazes, exceto quando houver autorização do proprietário ou do órgão responsável:

- I- quando pintados ou colocados diretamente sobre os monumentos, postes, arborização, nas vias e logradouros públicos;
- II- nas calçadas, meios-fios, leito das ruas e áreas de circulação das praças públicas;
- III- nos edifícios públicos municipais;
- IV- nas igrejas, templos e casas de oração;
- V- dependurados nos postes de iluminação pública e nas árvores existentes nas vias e áreas públicas.

Art. 177. Lei especial disciplinará a propaganda em fachadas de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e outros.

Art. 178. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

SEÇÃO IV DOS CEMITÉRIOS

Art. 179. Compete à municipalidade a fundação, polícia e administração dos e tratados com zelo, suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados de muros.

§1º. São proibidas as irmandades e sociedades de caráter religioso ou empresas privadas, estabelecer ou manter cemitérios, no Município de Umuarama, são de exclusividade da ACESF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

§2º. Os cemitérios do Município estão livres a todos os cultos religiosos e à prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis vigentes;

§3º. Os sepultamentos serão feitos sem indagação de crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política do falecido.

Art. 180. É defeso fazer sepultamento antes de decorridos o prazo de 12 (doze) horas, contando o momento do falecimento, salvo:

I- quando a causa da morte for moléstia contagiosa ou epidêmica;

II- quando o cadáver tiver inequívocos sinais de putrefação.

§1º. Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 (trinta e seis) horas, contados do momento em que verificar o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa da autoridade judicial, policial ou da saúde pública.

§2º. Não se fará sepultamento de cadáveres humanos nos cemitérios do Município de Umuarama sem a apresentação de certidão de óbito fornecida pelo oficial do registro civil do local do falecimento, em conformidade ao art. 77 da Lei LRP (Lei de Registros Públicos) nº 6.015/73, renumerado do art. 78 com nova redação pela Lei nº 6.216/75.

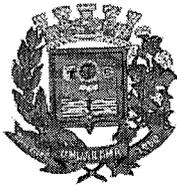
§3º. Na impossibilidade da obtenção de certidão de óbito dentro de 24 (vinte e quatro) horas; pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o sepultamento poderá ser feito com a maior urgência dentro dos prazos fixados pelo art. 50, mediante autorização da autoridade médica, policial ou judicial, condicionado a apresentação da certidão de óbito posteriormente ao órgão público competente.

Art. 181. Os sepultamentos em jazigos sem revestimento (sepulturas) poderão repetir-se de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, e nos jazigos com revestimento (carneiras) não haverá limite de tempo, desde que o último sepultamento feito seja convenientemente isolado.

§1º. Considera-se como sepultura a cova funerária aberta no terreno com as seguintes dimensões:

I - para adultos: 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de comprimento por 75cm (setenta e cinco centímetros) de largura e 1,70m (um metro e setenta centímetros) de profundidade;

II - para crianças: 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento por 50cm (cinquenta centímetros) de largura e 1,70m (um metro e setenta centímetros) de profundidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

§2º. Considera-se como carneira a cova com as paredes revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de comprimento por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de largura.

Art. 182. Os proprietários de terrenos ou seus representantes são responsáveis pelos serviços de limpeza e conservação no que tiverem construído e que forem necessários à estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

Art. 183. Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sepultamento, salvo em virtude de requisição por escrito, da autoridade policial ou judicial, ou mediante parecer do órgão de saúde pública, ou no prazo de 3 (três) anos para aqueles sepultados em locais destinados adequadamente que tenham um processo apressurado.

Art. 184. Exceto a colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada nos cemitérios, sem que tenha sido previamente aprovada pela Prefeitura.

Art. 185. Nos cemitérios é proibido:

I- praticar atos de depredação de qualquer espécie nos jazigos ou outras dependências;

II- arrancar plantas ou colher flores;

III- pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros ou portões;

IV- efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou civil;

V- praticar comércio;

VI- a circulação de qualquer tipo de veículo motorizado estranho aos fins e serviços atinentes ao cemitério;

VII- a fixação de bancos em frente ou nas laterais dos túmulos;

VIII- vasos e recipientes que possam acumular água;

IX- plantar árvores sem prévia autorização da Secretária de Agricultura do Município;

X- alimentar animais.

Art. 186. É permitido ceder, por 3 (três) anos, sepultura na mesma quadra, lotes sequenciais nos cemitérios dos Distritos, duas ou mais pessoas da mesma família que falecem no mesmo dia, podendo posteriormente adquirirem a concessão com construção de carneira e, da mesma forma conceder a concessão com construção sequencial no cemitério sede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ESTADO DO PARANÁ

Art. 187. Todos os cemitérios devem manter em rigorosa ordem os controles seguintes:

- I- sepultamento de corpos ou partes;
- II- exumações;
- III- sepultamento de ossos;
- IV- indicações sobre os jazigos sobre os quais já constituírem direitos, com nome, qualificação, endereço do seu titular e as transferências e alterações ocorridas.

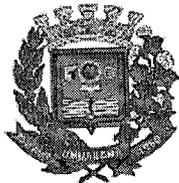
Parágrafo único. Esses registros deverão indicar:

- a) hora, dia, mês e ano do sepultamento;
- b) nome da pessoa a que pertenceram os restos mortais;
- c) no caso de sepultamento, além do nome, deverá ser indicada a filiação, idade, sexo do morto e certidão.

Art. 188. Os cemitérios devem adotar sistema seguro de controle no qual, de maneira resumida, serão transcritas as anotações lançadas nos registros de sepultamento, exumação, ossuários, com indicações do número do livro e folhas, ou número da ficha onde se encontram os históricos integrais dessas ocorrências. Esse sistema deve ser escriturado por ordem de números dos jazigos e por ordem alfabética dos nomes.

Art. 189. Os cemitérios públicos e particulares deverão contar com os seguintes equipamentos e serviços:

- I- capelas com sanitários;
- II- edifício de administração, inclusive sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores;
- III- sala de primeiros socorros;
- IV- sanitários para o público e funcionários;
- V- vestiário para funcionários, dotados de chuveiros;
- VI- depósito para ferramentas;
- VII- ossuário;
- VIII- iluminação externa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

- IX- rede de distribuição de água;
- X- área de estacionamento de veículos;
- XI- arruamento urbanizado e arborizado;
- XII- recipientes para depósito de resíduos em geral.

Art. 190. Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio, a critério da Prefeitura, indispensável o atendimento às normas federais e estaduais pertinentes, inclusive quanto ao licenciamento ambiental.

Art. 191. No caso da construção de crematórios, deverá ser estabelecido regulamento específico à matéria.

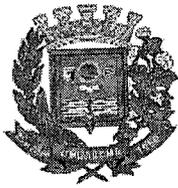
Art. 192. Os serviços funerários no Município de Umuarama são de exclusividade da ACESF; ficando proibido às empresas privadas, de planos funerários e similares no Município de Umuarama:

- I - manter depósito e mostruário de urnas ou qualquer outro artigo funerário;
- II - comercializar artigos funerários;
- III - dar assistência a funerais;
- IV - fazer cortejo;
- V - sepultar;
- VI - permanecer carros funerários dentro do Município de Umuarama;
- VII - fazer tratamentos em corpos (tanatopraxia);
- VIII - ornamentar corpos em urnas funerárias.

Parágrafo único. As únicas atividades permitidas aos planos de assistência funeral são:

- a) instalar e manter velórios em suas próprias capelas;
- b) vedado em qualquer outro local dentro do Município.

Art. 193. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO V

DO FUNCIONAMENTO DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 194. As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e como tal devem ser respeitadas.

Art. 195. Nas igrejas, templos ou casas de cultos os locais frequentados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Parágrafo único. No que couber, aplicam-se aos templos e locais de culto todas as disposições deste Código, inclusive as penalidades.

SEÇÃO VI

DAS QUEIMADAS E CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 196. A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores.

Art. 197. Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas e necessárias.

Art. 198. A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas ou mato que limitem com terras de outrem, inclusive nas margens de estradas ou rodovias, sem tomar as seguintes precauções:

I- preparar aceiras de no mínimo sete metros de largura;

II- mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo.

Art. 199. A ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras ou campos alheios.

Parágrafo único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum.

Art. 200. A derrubada de bosque ou mata dependerá de licença da Prefeitura e dos órgãos estaduais ou federais competentes.

§1º. A Prefeitura só concederá licença quando o terreno for urbano, destinar-se à construção e a mata não for de importância paisagístico ambiental.

§2º. A licença será negada à formação de pastagens ou plantio na zona urbana do Município.

Art. 201. Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

Art. 202. As infrações dos dispositivos constantes desta Seção serão punidas com as multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e na reincidência será aplicada a dobra sucessiva da multa.

TÍTULO IV DOS AUTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I DAS NOTIFICAÇÕES, INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 203. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso de seu poder de polícia.

Art. 204. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constringer ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 205. Não são diretamente aplicáveis as sanções definidas neste Código aos:

- I- incapazes na forma da lei;
- II- que forem coagidos a cometer a infração.

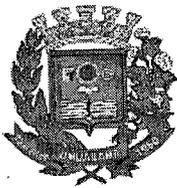
Art. 206. Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a sanção recairá:

- I- sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;
- II- sobre o curador ou pessoa cuja guarda estiver o incapaz;
- III- sobre aquele que der causa à infração forçada.

SEÇÃO I DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 207. Todo o infrator que cometer pela primeira vez uma ação ou omissão contrária às disposições deste Código sofrerá uma advertência, sob a forma de notificação preliminar, obrigando a interromper e a reparar, se for o caso, a ação infringente, salvo nos casos:

- I- em que a ação danosa seja irreversível;
- II- em que haja desacato ou desobediência à autoridade do poder municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 208. No caso de reincidência ou em que permaneça a ação ou estado infrigente, será lavrado um Auto de Infração e aplicadas demais sanções previstas em lei.

Art. 209. A notificação preliminar será passada pela autoridade competente, dada a conhecer ao infrator, nela devendo constar:

- I- dia, mês, ano, hora e lugar onde foi constatada a infração;
- II- nome e sobrenome do infrator, sua profissão e residência;
- III- natureza da infração e a norma infringida;
- IV- prazo para regularizar, reparar e/ou suspender a ação infrigente;
- V- identificação de testemunhas quando o infrator se recusar a assinar o conhecimento da notificação ou na ausência e impedimento deste;
- VI- nome e assinatura de quem o lavrou;
- VII- data de emissão.

SEÇÃO II DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 210. Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação de disposições deste e dos demais códigos, leis, decretos e regulamentos do Município.

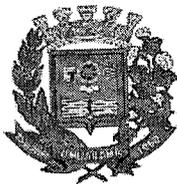
Art. 211. Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do prefeito ou dos chefes de serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único. Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 212. Qualquer do povo poderá atuar os infratores, devendo a auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado à Prefeitura para os fins de direito.

Parágrafo único. São autoridades para lavrar o auto de infração, os fiscais ou outros funcionários para isso designados pelo prefeito.

Art. 213. É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, o prefeito ou seu substituto legal, este quando em exercício, ou responsável por ele delegado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 214. Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente:

- I- o dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
- II- o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes e de agravantes à ação;
- III- o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- IV- a disposição infringida;
- V- a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Art. 215. Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

SEÇÃO III DOS AUTOS DE APREENSÃO

Art. 216. Nos casos de apreensão, o material apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura e quando isto não for possível ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositado em mãos de terceiros, observadas as formalidades legais.

Art. 217. Os autos de apreensão obedecerão a modelos especiais e conterão, obrigatoriamente:

- I - o dia, mês, ano, hora e lugar em que o bem foi apreendido;
- II- o nome de infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;
- III- o nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o estado e as condições em que se encontra o bem apreendido;

Art. 218. A devolução do material apreendido só se fará depois de pagar as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 219. No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 30 (trinta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que se trata o artigo anterior e entregue o saldo ao proprietário mediante requerimento devidamente instruído e processado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

SEÇÃO IV DAS MULTAS

Art. 220. A sanção, além de impor a obrigação de fazer e desfazer será pecuniária através de cobrança de multa.

Art. 221. O pagamento da multa não exime o infrator de reparar os danos causados ou de cumprir outras obrigações ou penalidades previstas.

Art. 222. Independente de outras sanções previstas na legislação em geral e pelo presente Código, serão aplicadas multas através do auto de infração.

Art. 223. Na imposição da multa e para graduá-la ter-se-á em vista:

I - a maior ou menor gravidade da infração;

II - as suas circunstancias atenuantes ou agravantes;

III - natureza e extensão do dano;

IV - prática reiterada de infração pelo mesmo agente;

V - consequências para a coletividade;

VI - boa-fé do infrator e seu conhecimento do fato;

VII - os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste código.

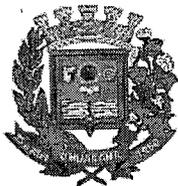
Art. 224. A penalidade pecuniária será judicialmente executada e imposta de forma regular e pelos meios hábeis se o infrator recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§1º. A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa, e cobrada com os acréscimos, além da correção monetária.

§2º. Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos a que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência pública, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

SEÇÃO V DO PRAZO DE RECURSO E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 225. O infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa, devendo fazê-la em requerimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA ESTADO DO PARANÁ

Art. 226. Julgada improcedente ou não sendo apresentada a defesa no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 227. O procedimento administrativo seguirá o que determina o Livro II, Título III, Capítulo III, Seção VI, Subseções I, II e III da Lei Complementar nº 380/2014 (Código Tributário do Município de Umuarama), com suas alterações.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 228. As penalidades e demais valores de que tratam este Código serão reajustados anualmente no mês de janeiro de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro que vier a substituí-lo, pelo índice apurado no período de janeiro a dezembro de cada exercício.

Art. 229. As penalidades de que tratam este código poderão ser lançadas diretamente no cadastro imobiliário, mobiliário, pessoa física ou pessoa jurídica, sendo motivo impeditivo de fornecimento de Certidão negativa de débito.

Art. 230. As fiscalizações atinentes a este Código competirá a todos os órgãos da Administração Municipal que tenham atribuições relacionadas aos fatos, ou cuja competência seja atribuída a determinado órgão, pelo Prefeito.

Art. 231. Esta Lei ou parte dela poderá ser regulamentada por decreto.

Art. 232. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nº 129/2004 e 362/2013 e as Leis nºs 2.104/1998, 2915/2006, 3.351/2009 e 3.939/2013.

PAÇO MUNICIPAL, em 6 de julho de 2017.


CELSON LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO UMUARAMA ILUSTRADO
DE 08 / Julho / 2017
DE Nº 11.013
UMUARAMA, 10 / 07 / 2017
Ediane
DIVISÃO DE ATOS OFICIAIS